



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DE 25/09/2018

ITEM Nº 024

TC-003871/989/16

Prefeitura Municipal: Dumont.

Exercício: 2016.

Prefeito(s): Adelino da Silva Carneiro.

Procurador(es) de Contas: Élidea Graziane Pinto.

Fiscalizada por: UR-6 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-6 - DSF-I.

Aplicação total no ensino	28,15% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	61,50% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100,00%
Investimento total na saúde	22,61% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	3,43% (máximo 7%)
Gastos com pessoal	53,39% (limite 54%).
Remuneração agentes políticos	Em ordem
Encargos sociais	Em ordem
Precatórios	Relevado
Resultado da execução orçamentária	Déficit 0,78% - (R\$ 210.411,79)
Resultado financeiro	Positivo – R\$ 369.956,35
Art. 42 da LRF	Em ordem
Despesas de pessoal últimos 180 dias de mandato	Em ordem
Gastos com publicidade	Relevado

	2014	2015	2016	Resultado
i-EGM	B	B	C+	
i-Educ	B+	B	B	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	A	B+	B	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej.	C	C+	C	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B+	B	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	C	B	C	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL)
i-Gov-TI	C	C	C	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação

Porte pequeno

Região Administrativa Ribeirão Preto

Quantidade de habitantes 9.079

Em exame as contas anuais do exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de **DUMONT** cuja fiscalização “in loco” esteve a cargo da Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR/6.

No relatório de fls. 01/32 (evento 11) as impressões e os pontos destacados na conclusão dos trabalhos pela inspeção referem-se aos seguintes itens:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A.2. CONTROLE INTERNO

- Ausência de providências no tocante às recomendações do Controle Interno quanto ao possível descumprimento dos limites da LRF, com a inclusão das despesas com a terceirização dos serviços médicos;

A.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

- O site da Prefeitura Municipal de Dumont necessita de diversos ajustes a fim de atender plenamente à Lei de Transparência, permitindo com isso, o amplo acesso da população a toda informação necessária ao acompanhamento das atividades realizadas pela Municipalidade;

B.1.6. DÍVIDA ATIVA

- Elevado valor informado em Provisão para Perdas dos créditos inscritos em Dívida Ativa, demonstrando um possível descompromisso com a cobrança desses créditos;

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

- Contratação e admissão de pessoal, estando a despesa com pessoal acima do limite prudencial, em desrespeito à vedação expressa pelo inciso IV do Parágrafo Único do Artigo 22 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000;
- Descumprimento do limite de gastos com pessoal nos 1º e 2º quadrimestres (artigo 20, III, "b" da LRF);

B.3.1.2 DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

- Apenas uma das unidades da rede municipal de ensino possui o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, contrariando o Decreto Estadual n.º 56.819 de 10/03/2011;
- Relato de apuração de fraude na aplicação da Prova Brasil e consequente nota obtida no IDEB/2015;

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

- Não foi implantado o serviço de Ouvidoria da Saúde;
- Não há o AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para nenhuma das unidades de Saúde, contrariando o Decreto Estadual n.º 56.819 de 10/03/2011;

B.4.1 REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

- Descumprimento ao regramento previsto no § 5º do Artigo 100 da Constituição Federal de 1988;

B.6.1 BENS PATRIMONIAIS

- O município não realizou o levantamento geral dos bens imóveis, desatendendo às regras contidas no artigo 96 da Lei Federal n.º 4.320/64, desatendendo recomendação desse Tribunal exarada nas contas do exercício de 2012;

C.2.4.1 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

- A situação econômica da prestação de serviços públicos de abastecimento e distribuição de água, bem como de coleta e tratamento de esgoto sanitário, é deficitária, pois o Município tem arrecadação com esses serviços inferior aos gastos com a manutenção do setor;
- A Prefeitura não implantou o conteúdo da Lei Municipal n.º 1.631 de 28/02/2014, no se que refere à obrigatoriedade da instalação de hidrômetros. Em sentido contrário, prorrogou o prazo expresso na Lei para o cumprimento de seu teor;
- A Administração Municipal não possui nenhum controle sobre o volume produzido de água potável produzida, nem sobre o volume de perdas de água no sistema de abastecimento;

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

- Ausência de divulgação, no site da Prefeitura Municipal de Dumont, dos Pareceres Prévios do Tribunal de Contas, contrariando o disposto no artigo 48 da LRF;
- Não há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido de vencimentos;

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL

- Atribuições dos cargos em comissão não se revestem dos requisitos constitucionais estabelecidos pelo artigo 37, incisos I e V;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



D.5 – ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

- Atendimento parcial às recomendações deste E. Tribunal de Contas exaradas nos Pareceres das contas dos exercícios de 2012 e 2013 (TC-1888/026/12 e TC-1956/026/13);

E.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

- Desatendimento ao inciso VII do artigo 73 da Lei Eleitoral;

No que diz respeito aos investimentos junto à educação, a inspeção certificou que o Executivo cumpriu a aplicação mínima constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino geral (MDE), indicando investimentos que corresponderam a 28,15% da receita de arrecadação e transferência de impostos.

Quanto às verbas do FUNDEB foi atestado que a Origem procedeu investimentos que atingiram a totalidade das transferências; e, mais ainda, que 61,50% dessa verba foi empregada na valorização dos profissionais do Magistério.

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
RECEITAS	17.317.212,98	
Ajustes da Fiscalização		
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	17.317.212,98	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	2.874.196,76	
Transferências recebidas	5.557.506,99	
Receitas de aplicações financeiras	24.502,11	
Ajustes da Fiscalização		
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	5.582.009,10	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	3.432.727,25	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)		
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)	3.432.727,25	61,50%
Demais Despesas	2.190.418,09	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)	(41.136,24)	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)	2.149.281,85	38,50%
Total aplicado no FUNDEB	5.582.009,10	100,00%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	2.000.329,23	
Acréscimo: FUNDEB retido	2.874.196,76	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras	897,05	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno		
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2016	4.875.423,04	28,15%
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%:		Aplic. no 1º trim. de 2017
Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 2017		
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios		
Aplicação final na Educação Básica	4.875.423,04	28,15%
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	16.930.900,00	
Despesa Fixada Atualizada	4.232.725,00	
Índice Apurado	25,00%	

A inspeção certificou que os investimentos na saúde superaram ao mínimo constitucional, alcançando 22,61% do valor da receita e transferências de impostos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



SAÚDE	Valores - R\$
Receitas de impostos	17.317.212,98
Ajustes da Fiscalização	
Total das Receitas	17.317.212,98
Total das despesas empenhadas com recursos próprios	3.915.659,96
Ajustes da Fiscalização	-
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de 2017	-
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde	3.915.659,96 22,61%
Planejamento atualizado da Saúde	
Receita Prevista Atualizada	16.930.900,00
Despesa Fixada Atualizada	2.539.635,00
Índice apurado	15,00%

Foi destacada a regularidade na transferência financeira à Câmara, dentro da limitação constitucional estabelecida pelo art. 29-A.

Valor utilizado pela Câmara em:	2016	617.648,84
Despesas com inativos		65.727,09
Subtotal		551.921,75
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2015	16.111.508,74
Percentual resultante		3,43%

A fiscalização anotou que a execução orçamentária produziu resultado deficitário de 0,78% - R\$ 210.411,79.

Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	28.747.600,00	27.495.283,13	-4,36%	102,04%
Receitas de Capital	1.460.000,00	2.325.354,96	59,27%	8,63%
Receitas Intraorçamentárias				
Deduções da Receita	(2.815.000,00)	(2.874.196,76)	2,10%	-10,67%
Subtotal das Receitas	27.392.600,00	26.946.441,33		
Outros Ajustes				
Total das Receitas	27.392.600,00	26.946.441,33		100,00%
Déficit de arrecadação		446.158,67	-1,63%	1,66%
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH %	AV %
Despesas Correntes	25.830.184,24	23.790.056,26	-7,90%	87,60%
Despesas de Capital	3.700.683,83	2.749.148,02	-25,71%	10,12%
Reserva de Contingência	267.500,00			
Despesas Intraorçamentárias	-			
Repasse de duodécimos à CM	770.000,00	770.000,00	0,00%	2,84%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta				
Dedução: devolução de duodécimos		(152.351,16)		
Subtotal das Despesas	30.568.368,07	27.156.853,12		
Outros Ajustes				
Total das Despesas	30.568.368,07	27.156.853,12		100,00%
Economia Orçamentária		3.411.514,95	-11,16%	12,56%
Resultado Ex. Orçamentária:	Déficit	(210.411,79)		0,78%

Contudo, esse resultado negativo foi absorvido pelo saldo financeiro existente.

O Município vinha de superávit da execução orçamentária do exercício anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento em relação à RCL
2015	Superávit de R\$ 1.160.656,08	4,47%	9,51%
2014	Déficit de R\$ 102.233,50	0,45%	7,27%
2013	Déficit de R\$ 26.729,53	0,12%	10,74%

A abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições foi no montante de R\$ 6.802.141,08, correspondente a 24,83% da despesa fixada inicial.

O Resultado da execução financeira estabeleceu superávit de R\$ 369.956,35.

Resultados	2015	2016	%
Financeiro	579.638,63	369.956,35	36,17%
Econômico	(1.051.476,27)	(2.810.217,08)	167,26%
Patrimonial	16.597.154,49	14.111.914,37	14,97%

Diante desse quadro, a Municipalidade possuía liquidez suficiente à quitação de suas dívidas de curto prazo.

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	372.566,48	31.008.360,89	30.339.649,23	1.041.278,14
Restos a Pagar Não Processados	501.945,69	48.299,85	402.461,05	147.784,49
Consignações	215.672,22	2.546.570,95	2.703.239,89	59.003,28
Depósitos	7.336,75	161.991,96	165.025,49	4.303,22
Outros	185.735,28	594.606,82	759.725,30	20.616,80
Total	1.283.256,42	34.359.830,47	34.370.100,96	1.272.985,93
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	1.283.256,42	34.359.830,47	34.370.100,96	1.272.985,93
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	1.642.942,28	1,29	
	Passivo Financeiro	1.272.985,93		

O quadro firmado pela fiscalização demonstrou a redução nominal da dívida de longo prazo.

Exercícios: anterior e em exame	2015	2016	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	890.700,54	770.952,84	-13,44%
Parcelamento de Dívidas:	810.493,64	696.366,32	-14,08%
De Tributos			
De Contribuições Sociais:	810.493,64	696.366,32	-14,08%
Previdenciárias	810.493,64	696.366,32	-14,08%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS	-		
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	1.701.194,18	1.467.319,16	-13,75%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	1.701.194,18	1.467.319,16	-13,75%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A despesa com pessoal atingiu 53,39% da RCL no período, portanto, fixando-se abaixo do chamado “limite prudencial”.

Período	Dez 2015	Abr 2016	Ago 2016	Dez 2016
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	12.211.081,80	11.606.931,57	11.691.462,12	12.051.509,38
Inclusões da Fiscalização		1.383.020,07	1.317.366,50	1.347.312,03
Exclusões da Fiscalização		85.992,31	151.245,50	253.541,53
Gastos Ajustados		12.903.959,33	12.857.583,12	13.145.279,88
Receita Corrente Líquida	23.244.141,33	23.331.505,21	23.748.370,09	24.621.086,37
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Receita Corrente Líquida Ajustada		23.331.505,21	23.748.370,09	24.621.086,37
% Gasto Informado	52,53%	49,75%	49,23%	48,95%
% Gasto Ajustado		55,31%	54,14%	53,39%

O quadro de pessoal informado pela fiscalização indicou que houve redução do número de servidores efetivos e contratados por prazo determinado.

Não há indicação quanto aos comissionados ao final do exercício, conquanto a fiscalização tenha noticiado a nomeação de 02 servidores ao cargo de Assessor de Departamento II; e, ainda, que não há norma definidora das atribuições dos cargos em comissão.

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Efetivos	396	398	235	231	161	167
Em comissão	56	56	37		19	56
Total	452	454	272	231	180	223
Temporários	2015		2016		Em 31.12 de 2016	
Nº de contratados	26		2		2	

A Origem apresentou as guias pertinentes ao recolhimento dos encargos sociais no período e foi atestada a posse do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Verificações:		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado
4	PASEP:	Sim

Não foram feitas críticas à remuneração dos agentes políticos.

O Município enquadra-se no regime ordinário de pagamento de precatórios e, segundo informado, não houve pagamento integral dos mapas apresentados no período.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



PRECATÓRIOS	
Mapas encaminhados em 2015 para pagamento em 2016	890.700,54
Pagamentos efetuados no exercício de 2016	141.079,19
Houve pagamento integral no exercício em exame	
REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Requisitórios de baixa monta incidentes em 2016	
Pagamentos efetuados no exercício de 2016	
Houve pagamento integral no exercício em exame	-

O quadro seguinte, segundo informações prestadas pela fiscalização, indica precatórios não pagos até o encerramento do exercício de 2016.

Nome do Beneficiário	Tipo do Precatório	Saldo 2016
MARINES MORILHA LORENZATO	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	21.883,33
MARIA JOSÉ LEONEL NOCERA E OUTROS	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	695.196,82
MARCO ANTONIO ASSAD BARBOSA	Alimentício (art. 100, § 1º-A, CF)	53.872,69
	SOMA	770.952,84

No que tange às regras fiscais direcionadas ao último ano de mandato é importante destacar que o Município cumpriu o art. 42 da LRF, considerando a liquidez existente ao final do exercício, de tal sorte suficiente à cobertura dos restos a pagar inscritos no período.

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:

Disponibilidades de Caixa em 30.04

Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 30.04

Empenhos liquidados a pagar em 30.04

Liquidez em 30.04

Disponibilidades de Caixa em 31.12

Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 31.12

Cancelamentos de empenhos liquidados

Cancelamentos de Restos a Pagar Processados

Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo

Liquidez em 31.12

2016
2.372.177,86
23.021,90
1.885.093,68
464.062,28
1.561.900,80
1.042.158,14
519.742,66

A taxa de despesas com pessoal sofreu redução nos últimos 180 dias de mandato.

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:

Mês	Despesas de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro
06	12.670.188,61	23.322.025,73	54,3271%	54,3271%
07	12.779.467,62	23.576.792,41	54,2036%	
08	12.857.583,12	23.748.370,09	54,1409%	
09	12.885.633,44	23.650.968,61	54,4825%	
10	12.962.387,35	23.580.239,42	54,9714%	
11	13.012.379,86	24.153.898,97	53,8728%	
12	13.145.279,88	24.621.086,37	53,3903%	

Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:

0,94%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A fiscalização anotou que não constatou valores empenhados para custear outras despesas com publicidade e propaganda que não a oficial durante o período; entretanto, no primeiro semestre de 2016, os gastos liquidados superaram a média do primeiro semestre dos três últimos exercícios financeiros.

Publicidade em ano eleitoral				
Semestres:	1º semestre/2013	1º semestre/2014	1º semestre/2015	1º semestre/2016
Despesas	24.488,06	30.764,00	28.326,59	43.727,34
Média apurada entre os três primeiros semestres dos exercícios anteriores				27.859,55
DESPESAS DO EXERCÍCIO FORAM SUPERIORES À MÉDIA EM:				15.867,79

Ainda quanto à limitação legal imposta no último ano de mandato, a inspeção registrou que o empenho em dezembro não superou 1/12 das despesas do período.

A inspeção a cargo da UR/6 também procedeu a elaboração da Fiscalização Ordenada III – Transparência (evento 11.6).

Por meio do DOE de 16.08.17 procedeu-se a notificação do Responsável Sr. Adelino da Silva Carneiro – Prefeito Municipal à época (evento 16), a fim de que tomasse ciência do laudo de inspeção e fizesse a apresentação de justificativas.

Em seguida, após solicitar e obter dilação de prazo – DOE 13.09.17 e 10.10.17 (eventos 22 e 28), o Responsável procedeu a apresentação de defesa (evento 32).

Em síntese, considerou que a inserção de despesas com a terceirização de pessoal para efeitos da verificação dos limites fiscais é matéria controversa, no entanto, ainda assim o Município ficou abaixo do teto; ainda, que decisão sobre o tema somente veio a ser conhecida em 15.01.16, no processo TC-1888/026/12, momento em que o orçamento de 2016 já havia sido aprovado e encontrava-se em plena execução; reforçou que são passíveis de dedução das despesas com pessoal aquelas referentes a exoneração de servidores e as de natureza indenizatória.

Também afirmou que a provisão de perdas em dívida ativa expressa a situação vivenciada pelos Municípios; que em 2016 não havia mapa de precatórios para pagamentos, de tal sorte que os valores lançados pela fiscalização correspondem a exercícios pretéritos e diferenças; que no período a Municipalidade não possuía obrigação alguma com o pagamento dessa dívida; que em relação aos créditos listados, aquele pertinente a Maria José Leonel Nocera e outros – R\$ 695.196,82 - encontra-se com sua execução suspensa, mantida em sede de agravo de instrumento, sendo avaliado que o crédito seria de apenas R\$ 72.849,77 atualizados; o crédito em nome de Marinez Morilha Lorenzato – R\$ 21.883,33 - refere-se a valor remanescente de precatório de 2015, tendo sido quitada a parte da Reclamante e o saldo refere-se à contribuição previdenciária; o crédito em nome de Marco Antonio Assad Barbosa – R\$ 53.872,69 – igualmente se refere à contribuição previdenciária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Afiançou que não promoveu qualquer ampliação no quadro de servidores comissionados, mantendo o total de 37 providos.

Assegurou que a publicidade destacada não teve influência no pleito eleitoral.

E ao final, invocando os aspectos positivos das contas, pediu pela sua aprovação e vistas ao final da instrução.

A Assessoria Técnica opinou pela emissão de parecer favorável aos demonstrativos.

Em detalhamento sobre as despesas com publicidade foi proposto recomendações à Origem, considerando que não restou demonstrada conotação de promoção pessoal; ainda, que mesmo diante das inclusões efetuadas pela fiscalização – à conta dos contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico de Ribeirão Preto e com a PSE Prestação de Serviços Médicos e na área de Saúde – decorrentes de procedimentos licitatórios, o fechamento do exercício ficou abaixo do teto fiscal.

Quanto à dívida judicial o setor competente da Assessoria Técnica registrou que valores apontados referem-se aos precatórios de exercícios anteriores, os quais estão sendo discutidos judicialmente, situação confirmada pela pesquisa efetuada no relatório de fiscalização das contas do exercício de 2015 da PM de Dumont – TC-2521/026/15.

Prosseguiu dizendo que somente os dois primeiros registros - Solange de Lourdes Rosa de Oliveira R\$ 62.494,41 e Serafim Barata R\$ 46.693,29 - em total de R\$ 109.187,70, referem-se à obrigação de pagamento no exercício em exame; e, tendo a municipalidade efetuado pagamento total de R\$ 141.079,19, o valor foi mais que suficiente para cobrir a despesa do exercício.

A i. Chefia de ATJ aquiesceu à opinião de seus predecessores (evento 54).

O d. MPC, ao contrário, considerou pela emissão de parecer desfavorável, tendo em vista o excessivo percentual de alterações orçamentárias, o saldo final da dívida ativa, o excesso de gastos com pessoal no primeiro e segundo quadrimestres e, a admissão de servidores quando o Município estava incurso no limite prudencial.

O MPC ainda propôs a emissão de recomendações, bem como, envio de ofício ao MPE em face da inobservância ao art. 22, IV, da LRF (evento 59).

Por fim, registro a situação das últimas contas apreciadas nesta E. Corte.

Exercícios	Processos	Posição
2015	2521/026/15	Favorável – DOE 06.10.17 – trânsito em julgado em 27.11.17
2014	429/026/14	Favorável – DOE 13.12.17 – trânsito em julgado em 22.01.18
2013	1956/026/13	Desfavorável – DOE 10.12.15 – trânsito em julgado em 15.02.16 (gastos com pessoal).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Quanto ao pedido de vista formulado, fiz publicar despacho no DOE de 05/09/2018 (evento nº 68), sobre a desnecessidade de vista dos autos ao final da instrução, considerando tratar-se de processo eletrônico.

É o relatório.

GCCCM/25

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES****GCCCM****PRIMEIRA CÂMARA****SESSÃO DE 25/09/2018****ITEM 024****Processo: TC-3871.989.16****Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE DUMONT****Responsável: Adelino da Silva Carneiro – Prefeito Municipal à época****Período: 01.01 a 31.12.16****Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2016**

Aplicação total no ensino	28,15% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	61,50% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100,00%
Investimento total na saúde	22,61% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	3,43% (máximo 7%)
Gastos com pessoal	53,39% (limite 54%).
Remuneração agentes políticos	Em ordem
Encargos sociais	Em ordem
Precatórios	Relevado
Resultado da execução orçamentária	Déficit 0,78% - (R\$ 210.411,79)
Resultado financeiro	Positivo – R\$ 369.956,35
Art. 42 da LRF	Em ordem
Despesas de pessoal últimos 180 dias de mandato	Em ordem
Gastos com publicidade	Relevado

	2014	2015	2016	Resultado
i-EGM	B	B	C+	
i-Educ	B+	B	B	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	A	B+	B	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej.	C	C+	C	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B+	B	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	C	B	C	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL)
i-Gov-TI	C	C	C	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A - Altamente Efetiva / B+ - Muito Efetiva / B - Efetiva / C+ - Em fase de adequação / C - Baixo nível de adequação

Porte pequeno**Região Administrativa Ribeirão Preto****Quantidade de habitantes 9.079**

I – Inicialmente procedo a avaliação dos temas capitais em que a Administração superou o cumprimento dos índices obrigatórios e/ou conseguiu atender de forma aceitável determinações impostas pela legislação competente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



a) O Município aplicou 28,15% das receitas e transferências recebidas à conta de impostos, cumprindo o art. 212 da CF/88.

Quanto à verba do FUNDEB foi atestada a integralização dos recursos recebidos; e, ademais, 61,50% desse montante foi investido em favor da valorização dos profissionais do magistério, cumprindo o art. 21 da Lei 11494/07 e o art. 60, XII, do ADCT da CF/88.

b) Igualmente registrado que foi excedido formalmente o mínimo de aplicação de recursos na saúde, com investimentos de 22,61% da receita e transferências de impostos.

c) A fiscalização certificou que a transferência financeira efetiva ao Legislativo Municipal atingiu 3,43%, desse modo atendendo ao teto constitucional.

d) No que tange aos gastos com pessoal foi anotado que o Município encerrou o exercício abaixo do teto, enquadrando-se no chamado “limite prudencial” ($>51,60 < 54,00\%$ da RCL), fixando-se em 53,39%.

Registre-se que os percentuais apurados ao final de cada quadrimestre sofreram acréscimos por parte da fiscalização, em face da contratação de serviços médicos relacionados a especialidades, plantões, clínico geral e PSF ajustados com a COMERP – Cooperativa de Trabalho Médico de Ribeirão Preto S/S Ltda. EPP.

Considero por bem lançados os acréscimos de despesas pela fiscalização, porque na conformidade da letra fiscal a contratação de médicos em geral – ainda que por meio de empresa contratada - não consiste no ajuste de um serviço pronto e acabado, que tenha saído da intimidade administrativa do Executivo – a exemplo da contratação dos serviços de limpeza e recolhimento de lixo - mas de nítida substituição de mão de obra.

Em reforço transcrevo decisão proferida pelo E. Tribunal Pleno, Sessão de 24.05.17, nas contas de Canitar, exercício de 2014, abrigadas no TC-574/026/14, sob minha Relatoria, conforme segue:

“Retornando aos argumentos a respeito da falta de subsunção das despesas com pessoal contratado ao preceito firmado no art. 18, § 1º, da LRF, trago à colação o magistério da boa doutrina sobre o tema¹:

*“De nosso lado, as contratações que visam, claramente, produto determinado, certo, acabado, sem que para isso haja qualquer relação funcional, de subordinação, com a Administração, também aqui, não há que falar em despesa de pessoal a modo do parágrafo em comento. **Estamos nos referindo à terceirização de todo o serviço**; não apenas da mão de obra, situação na qual o Poder Público delega ao particular encargo inequivocamente definido, sendo*

¹ TOLEDO JR., Flávio C. de; ROSSI, Sergio Ciquera. *Lei de Responsabilidade fiscal: comentada artigo por artigo. 3ª ed. rev. e atual.*. São Paulo: Editora NDJ, 2005, pp. 158/159.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



a mão de obra questão afeta, única e tão somente, à esfera jurídica do particular; não interferindo, diretamente, no mundo administrativo.

Portanto, o contrato de prestação de serviços, com inclusão do componente mão de obra, claramente se distingue da contratação pura e simples de mão de obra para suprir cargos do quadro de pessoal; somente esta última avença cabe na regra do § 1º, do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

*Aqui, no caso concreto, penso que o Recorrente não conseguiu fazer convencimento de que os serviços exercidos por **médicos**, assessoria jurídica e administrativa em geral e, também, por uma infinidade de outros profissionais, conforme extenso elenco detalhado no laudo da fiscalização, tenham se desvinculado da intimidade administrativa ou retirado de sua rotina própria, com transferência dos serviços ou atividades executadas – como um todo, ainda que ausentes algum dos elementos que indiquem relação trabalhista.*

Sem dúvida se referem a serviços contínuos, dentro da atividade-fim da Administração e/ou que poderiam ser exercidos por servidores do próprio quadro, nesse conjunto caracterizando franca substituição de mão de obra, no conceito previsto na LRF”. (sem realce no original)

Em sendo assim, cabem recomendações à Municipalidade para que promova esforços no sentido de reduzir a taxa de despesas com pessoal a níveis mais confortáveis – considerando a oscilação da RCL ao ritmo da economia nacional.

Ocorre que o Município encontrava-se dentro do limite prudencial durante todo o exercício e, desse modo, a fiscalização insurgiu-se contra a contratação e admissão de pessoal no período, identificando o ingresso de 24 temporários e 09 efetivos – as quais não se deram em função de aposentadorias ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

Período	Dez 2015	Abr 2016	Ago 2016	Dez 2016
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gastos Ajustados		12.903.959,33	12.857.583,12	13.145.279,88
Receita Corrente Líquida Ajustada		23.331.505,21	23.748.370,09	24.621.086,37
% Gasto Informado	52,53%	49,75%	49,23%	48,95%
% Gasto Ajustado		55,31%	54,14%	53,39%

CONTRATAÇÕES	QUADRIMESTRES			Total
	1º	2º	3º	
EFETIVOS	0	07	02	09
TEMPORÁRIOS	10	14	0	24

Ocorre, no entanto, que o quadro geral de servidores indicou que houve redução do quantitativo ao final do exercício, passando, respectivamente, de 235 a 231 efetivos e, de 26 a 2 temporários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Efetivos	396	398	235	231	161	167
Em comissão	56	56	37		19	56
Total	452	454	272	231	180	223
Temporários	2015		2016		Em 31.12 de 2016	
Nº de contratados	26		2		2	

Ademais, ocorreu redução gradativa da taxa de despesas com pessoal durante o exercício; e, nesse sentido, considero que o valor contido na norma não foi desafiado e os ajustes do período podem ser relevados.

Quanto às críticas pela manutenção de comissionados sem as características próprias – chefia, direção ou assessoria (art. 37, V, da CF/88), penso que a Origem deverá rever seu quadro de pessoal, considerando que a investidura em destaque é exceção à regra de ingresso ao serviço público por meio de concurso.

Alerto que a avaliação do tema se prende aos aspectos materiais ou da substância das funções exercidas, independentemente da sua nomenclatura, pela estipulação das tarefas definidas em norma própria.

Além disso, considerando que os cargos em comissão distinguem-se dos efetivos, prestando-se à execução de funções distintas da burocracia ordinária e permanente, aproximando-se da Alta Administração e Gestão do Órgão, é cediço que devam ser investidos por agentes com nível de escolaridade superior.

e) Não foram realizadas observações quanto ao pagamento dos subsídios dos agentes políticos.

f) Não houve restrições à apresentação das guias de recolhimento dos encargos sociais.

g) Quanto aos precatórios observa-se a necessidade de maior detalhamento para emissão de juízo sobre o ponto, inclusive, entendendo necessário firmar questões conceituais sobre o tema.

Considerando que os bens públicos são inalienáveis e não comportam penhora, o sistema de execução das decisões judiciais transitadas em julgado contra a Fazenda Pública é feito pela constituição de precatórios.

Sendo assim, precatórios são títulos derivados de sentenças judiciais, os quais deverão ser enviados à entidade devedora, até 31 de julho, para serem alocados em seu orçamento e ser pagos até o final do exercício seguinte ao seu recebimento (art. 100, § 5º, da CF/88).

Ainda, no caso de Municípios, decisões judiciais que importem em valores abaixo de 30 salários mínimos (art. 97, § 12, II, do ADCT da CF/88) têm o tratamento de requisitórios de baixa monta, devendo ser quitados mediante sua apresentação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Ocorre que a EC nº 62/09 provocou a cisão entre o Regime Ordinário e o Regime Especial de pagamento de precatórios.

O primeiro serve às entidades que não tenham estoque de dívida judicial e os créditos recebidos são pagos na conformidade destacada pelo art. 100 da CF/88.

O Regime Especial, ao contrário, serve às entidades que já estão em débito com dívida judicial e, de um modo harmonizando fundamentos constitucionais, entre outros tantos, de segurança jurídica e coisa julgada de um lado, com a necessidade de manutenção e continuidade da máquina administrativa e reserva do possível de outro, compreende o pagamento através de depósitos regulares efetuados pela devedora junto ao Tribunal de Justiça, realizados à razão de 1,5% da RCL anual (art. 97, § 2º, II, “b” do ADCT da CF/88) ou em prazo de até 15 anos (art. 97, § 1º, II, do ADCT da CF/88).

Realço que decisão do E. STF inicialmente havia reduzido o prazo dos depósitos do Regime Especial até 2020 e, posteriormente, a EC 99/17 estabeleceu que as entidades devedoras que, em 25.03.15, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão o saldo devedor até 31.12.24.

Enfim, o Tribunal de Justiça do Estado é o órgão gestor responsável pela dívida judicial dos Municípios, a quem compete determinar o ritmo de depósitos, na medida dos saldos depositados e dos créditos pendentes.

Depois, extrai-se que há uma profunda diferença entre Regime Ordinário e o Regime Especial – sendo que ao primeiro é exigido – para efeito de exame das contas anuais nesta E. Corte o pagamento dos precatórios apresentados em Mapa Orçamentário, somado aos requisitórios de baixa monta.

Dito isso é preciso destacar que o Município de Dumont encontra-se no Regime Ordinário, portanto, obrigado ao pagamento dos precatórios apresentados até 31 de julho para inclusão no orçamento do ano seguinte.

Ocorre que o Interessado negou que tenham sido apresentados precatórios no período.

Nesse sentido, tomando informações contidas no laudo de fiscalização sobre as contas de 2015 (TC-2521/026/15), observa-se que naquele período foi recebido Mapa para inclusão no ano de 2016; e, ainda, que foi efetuado depósito em juízo no valor de R\$ 72.549,77, em face da discussão sobre os créditos em favor de Maria José Leonel Nocera.

Nº do Precatório	Nome do Beneficiário	Tipo do Precatório	Saldo 31/12/15
0000193-25.2011.5.15.0054	SOLANGE DE LOURDES ROSA DE OLIVEIRA	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	62.494,41
0085400-12.1999.5.15.0054	SERAFIM BARATA	Ordinário - Ações Iniciadas até 31.12.1999 (Art. 78, caput, ADCT, CF)	46.693,29

(Quadro extraído do TC-2521/026/15)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Inicialmente pode ser observado que os pagamentos efetuados em 2016, em montante de R\$ 141.079,19 - superam o valor destacado no Mapa destacado (R\$ 62.494,41 + R\$ 46.693,29 = R\$ 109.187,70).

Depois, ainda com base nas informações prestadas naquele trabalho de 2015 (TC-2521/026/15), observa-se informação de que havia inscrição no Balanço Patrimonial de R\$ 890.700,54, referente a passivo judicial em discussão.

Nome do Beneficiário	Tipo do Precatório	Saldo Atualizado em 31/12/2015
SOLANGE DE LOURDES ROSA DE OLIVEIRA	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF) Mapa de 2015 para pagamento em 2016	62.494,41
SERAFIM BARATA	Ordinário - Ações Iniciadas até 31.12.1999 (Art. 78, caput, ADCT, CF) Mapa de 2015 para pagamento em 2016	46.693,29
MARINES MORILHA LORENZATO	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF) Valor em discussão na justiça	21.883,33
MARCO ANTONIO ASSAD BARBOSA	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF) Valor em discussão na justiça	53.872,69
MARIA JOSE LEONEL NOCERA E O/O	Alimentício (art. 100, § 1º-A, CF) Valor em discussão na justiça	705.756,82
SOMA		890.700,54

(Quadro extraído do TC-2521/026/15)

Esse é o valor exato lançado no quadro da fiscalização destas contas de 2016 e, portanto, confirma-se a informação prestada pela Defesa no sentido de que não se refere a Mapa Orçamentário recebido no período sob exame – mas a situações pendentes de discussão.

O valor mais expressivo nesse conjunto refere-se a crédito em favor de Maria José Leonel Nocera - R\$ 705.756,82 – exatamente aquele que motivou o depósito para discussão do seu real valor; e, segundo documentos apresentados pela Defesa, o juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ribeirão Preto, nos autos do Processo nº 017772.74.2004.8.26.0506, determinou a suspensão da execução provisória em 28.01.15 e, conforme informado pela Municipalidade, houve decisão transitada em julgado reduzindo aquele valor ao montante de R\$ 48.500,00 – mais um salário mínimo mensal, já corrigido e depositado (evento 33).

Nesse sentido, assim como ATJ, considero que o valor pago no período (R\$ 141.079,19) superou à indicação do Mapa para o exercício de 2016 (R\$ 109.187,70).

No entanto, a Origem não se exime de quitar essas pendências, devendo providenciar o seu pagamento.

Em sendo assim, de todo o exposto, considero que a Origem deverá efetuar atualização dos registros contábeis sobre o ponto, a fim de que guardem confiabilidade e identidade com os valores arquivados pelo Tribunal de Justiça.

h) A fiscalização atestou que não houve contrariedade ao art. 42 da LRF, uma vez que havia liquidez financeira suficiente à quitação dos compromissos assumidos nos dois últimos quadrimestres do exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



i) A inspeção indicou que houve redução da taxa de despesas com pessoal nos últimos 180 dias de mandato.

j) A fiscalização apontou gastos com publicidade no primeiro semestre/16 em valor superior à média dos últimos 03 exercícios, destacando contrariedade à Lei Eleitoral.

Na verdade, o valor gasto, em montante de R\$ 43.727,34, superou a média definida em R\$ 15.867,79.

Da análise dos documentos juntados, observa-se que as despesas do período foram fracionadas e consumidas em inúmeros empenhos e ocasiões, não sendo identificada, necessariamente, a realização de gasto promocional da Autoridade e/ou separadas aquelas de natureza obrigatória – a exemplo da publicação de editais ou extrato de contratos.

Ademais, ponderando que o excesso identificado não foi relevante, considero relevado o ponto, sob recomendação à Origem para que atenda os termos da Lei Eleitoral.

k) Quanto à execução orçamentária observa-se que o Município obteve déficit de 0,78%, ou seja, as despesas executadas foram superiores às receitas realizadas em montante de R\$ 210.411,79.

No entanto, a despeito de que esse resultado negativo não tenha sido expressivo, observa-se que foi totalmente coberto pelo saldo financeiro existente.

Cabem censuras à abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em montante de R\$ 6.802.141,08, correspondente a 24,83%, uma vez que essa taxa é elevada e suficiente à descaracterização do programa orçamentário inicial, bem como, prejudicial às metas e resultados fiscais almejados.

Ainda sobre a gestão fiscal observa-se que o Município obteve resultado da execução financeira positivo em R\$ 369.956,35, destacando a manutenção de disponibilidades suficientes à quitação da dívida de curto prazo.

Igualmente observa-se que o Município reduziu o valor nominal da dívida de longo prazo.

Em sendo assim, cabem recomendações à Origem para que promova o aperfeiçoamento de seu plano orçamentário, coerente com sua capacidade arrecadatória e necessidades de custeio e investimentos, evitando alterações bruscas ao longo de sua execução, sem olvidar da constituição do superávit primário tendente à redução de dívida constituída.

l) A Fiscalização registrou que a Municipalidade observou a regra do art. 59 do Estatuto Financeiro, quanto à limitação de empenhos durante o mês de dezembro do último ano de mandato.



II – Passo ao exame dos resultados apurados pela fiscalização e pelos diversos indicadores de desempenho

No que diz respeito à avaliação dos resultados obtidos, ou seja, sob aspectos da auditoria operacional, demarco que esta E. Corte implantou o IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal, atribuindo notas a diversos quesitos, a partir das informações prestadas pela própria jurisdicionada.

a) Sendo assim, procurando avaliar a qualidade dos serviços prestados, considerando as informações prestadas a esta E. Corte para a formulação do IEGM – Índice de Eficiência da Gestão Municipal, pelo qual é possível confrontar a adequação dos investimentos públicos à resposta esperada pela sociedade – qual seja, em favor de suas necessidades primárias, destaca-se que o Município obteve o índice C+, ou seja, incluindo-se na categoria “*em fase de adequação*”.

A posição obtida pelo Município impõe a necessidade da realização de esforços no sentido de ampliar a qualidade dos serviços públicos prestados e elevação do índice do IEGM, especialmente no que toca às censuras sobre a Fiscalização Ordenada – Transparência, educação, saúde e serviços de saneamento básico, entre outros pontos destacados.

Aliás, a fiscalização registrou que a arrecadação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário é deficitária, não possuindo controle sobre o volume produzido de água potável ou sobre as perdas do sistema.

Penso que a situação deverá ser corrigida, inclusive para que a oferta dos serviços possa ser ampliada.

Ainda sobre o ponto, segundo informações contidas no sítio eletrônico do IBGE², o esgotamento sanitário adequado atinge 96,9%.

Essa taxa coloca o Município em posição intermediária quanto aos demais, uma vez que se encontra em 96º no Estado (645 Municípios) e em 11º em sua micro região (16 Municípios).

b) Quanto à educação há de se destacar que, diante das respostas apresentadas ao IEGM, expresso na faixa de resultados ***i-Educ***, o índice atribuído foi considerado “**efetivo**” - “**B**”.

Ocorre que foram destacadas pela inspeção a falta de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros em unidade escolar, bem como, o relato de apuração de fraude na aplicação da Prova Brasil.

Em acréscimo vale realçar as demais Metas estabelecidas pelo PNE³ abordando situações importantes ao desenvolvimento do ensino e à responsabilidade do Município:

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/dumont/panorama>

³ http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Ainda do Portal do IBGE, observa-se que o Município possui as seguintes características:

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos (2010)	97,6
Matrículas no fundamental (2015)	1.134
Matrículas no ensino médio (2015)	371
Docentes no fundamental (2015)	67
Docentes no ensino médio (2015)	18
Número de estabelecimentos de ensino fundamental (2015)	4
Número de estabelecimentos de ensino médio (2015)	1

Devo registrar quanto à taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade que a Origem encontra-se, em comparativo aos 645 Municípios do Estado, na posição de 432ª e em 8º na sua micro região, o que remete à necessidade de ampliação da oferta de vagas.

Observa-se da análise sobre as informações dispostas pelo IBGE a respeito do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que o Município obteve, na realização da Prova Brasil, notas de aferição de qualidade suficientes nos primeiros e últimos anos do ensino fundamental.

	Anos iniciais	Anos finais
IDEB	8	6,4
Posição no país – 5570 municípios	7º	3º
Posição no Estado	1º	2º
Posição na micro região - 8 municípios	1º	1º



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



No entanto, a respeito dos resultados alcançados, a fiscalização anotou que a Responsável pelo Departamento de Educação do Município relatou sua suspeita de irregularidades quanto à aplicação da Prova Brasil aos alunos do 5º ano e início de procedimento investigatório visando a apuração da existência de fraude do IDEB observado.

Quanto ao assunto, a matéria deverá ser acompanhada pela fiscalização.

Faço lembrar, no entanto, que a ordem constitucional é, exatamente, pelo forte vínculo da gestão dos recursos públicos direcionados ao setor à entrega de serviço com padrão de qualidade.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

VII - garantia de padrão de qualidade.

Igualmente consigno os preceitos estabelecidos na Lei 13.460/17, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, quanto à necessidade de aperfeiçoamento dos serviços dispostos à população.

“In verbis”,

Art. 23. Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

Interessante observar que os registros internos desta E.Corte, formulados a partir das informações prestadas ao Sistema AUDESP, revelam que o Município encontra-se abaixo da média de investimentos, na proporção por aluno, em relação aos outros municípios paulistas.

	Gasto anual por aluno	
	2015	2016
Dumont	6.563,94	6.527,78
Região Administrativa de Ribeirão Preto	8.253,26	8.896,62
<<644 municípios>>	8.922,94	9.342,00

Realço que todas essas questões devem ser levadas em consideração no programa orçamentário e políticas públicas estabelecidas à área, lembrando que o ideal e desejável é que possam ser corrigidos os apontamentos da inspeção, bem como os pontos de atenção do IEGM e demais índices sobre o setor, o que não implicaria, necessariamente, na elevação nominal dos gastos – mas, sobretudo, **na busca pela sua qualidade, calcada no planejamento estratégico, pela ação transparente e responsável.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



c) Na saúde, através do *i-Saúde*, o índice IEGM alcançado foi “B”, portanto, considerado como “efetivo”.

Relembro que a exemplo do ensino, o setor também guarda proteção constitucional e, desse modo, a Origem deve procurar manter e/ou elevar o padrão de qualidade dos serviços ofertados à população.

Igualmente pode ser observada junto ao portal da Fundação SEADE⁴ situação em que o resultado obtido pelo Município foi inferior à média apurada em sua Região Administrativa e/ou do próprio Estado.

2016	Município	Região Administrativa	Estado
Taxa de mortalidade infantil	9,71	10,02	10,91
Taxa de mortalidade na infância	9,71	11,73	12,58
Taxa de mortalidade da população de 15 a 34 anos	59,77	88,40	104,02
Taxa de mortalidade da população acima de 60 anos	3.821,66	3.468,42	3.500,93
Nascidos vivos de mães com menos de 18 anos	9,71	5,70	5,87
Nascimentos de baixo peso – abaixo de 2,5kg	8,00	9,05	9,11

Esses índices refletem a necessidade de implantação e/ou aperfeiçoamento de campanhas educativas e, bem assim, disponibilização e melhoria dos serviços de saúde à população.

Destaco que, ainda consoante informação prestada pela Fundação SEADE, o Município precisa aumentar sua oferta de consultas de pré-natal.

	Município	Região Administrativa	Estado
Mães que fizeram sete e mais consultas de pré-natal	80,61	82,01	79,05

Vale realçar que os arquivos desta E. Corte indicam que os valores despendidos pelo Município, por habitante, foram proporcionalmente inferiores àqueles empregados pelos demais jurisdicionados.

	Gasto anual por habitante	
Avaré	543,59	559,52
Região Administrativa de Sorocaba	777,92	853,06
<<644 municípios>>	774,24	821,61

Fonte: Censo Escolar / AUDESP

Destaca-se que a inspeção fez apontamentos em visita às unidades do setor, sobre a falta de Ouvidoria da Saúde e do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Nesse sentido, as questões censuradas pela fiscalização precisam ser revistas pela Origem para que não voltem a ocorrer.

⁴ <http://www.perfil.seade.gov.br/?#>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Enfim, a despeito de lograr a aplicação formal dos recursos constitucionais no setor – diga-se de passagem, em 22,61% das receitas da arrecadação e transferência de impostos, o Município deverá impor planejamento adequado e afirmativo sobre as reais necessidades da comunidade local.

III – Passo ao grupo de situações expostas na conclusão do laudo que merecem recomendações para imediata correção.

A fiscalização apontou situações que necessitam ser corrigidas quanto ao cumprimento do princípio fiscal da transparência, com a disponibilização das peças destacadas no laudo, a fim de permitir o pleno exercício do controle social.

Além disso, maiores esforços deverão ser empreendidos à recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa; e, inclusive, com pleno domínio sobre o setor, uma vez que é daqueles mais sensíveis à manipulação de informações, com o consequente prejuízo ao interesse público e ao erário.

A Origem deverá manter pleno controle dos bens patrimoniais, a fim de que haja utilização racional e domínio sobre extravios e perdas.

Ainda nesse grupo, a Administração deverá bem cumprir as Instruções e recomendações TCESP.

Do exposto, penso que tais situações não são capazes de macular as contas; contudo, merecem rígida atenção, visando a sua correção.

E, considerando as diversas falhas destacadas, avalio que deve também deve ser endereçada firme advertência à Origem para que aperfeiçoe o sistema de controle interno.

Lembro que esta E. Corte já emitiu orientações gerais sobre o tema, traçadas junto ao Comunicado SDG nº 32/12⁵.

⁵ **COMUNICADO SDG Nº 32/2012 – DOE 29.09 e 10.10.12**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ressalta que, a mando dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim do artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal e, também, do artigo 38, parágrafo único, da Lei Orgânica desta Corte, a Prefeitura e a Câmara Municipal devem possuir seus próprios sistemas de controle interno, que atuarão de forma integrada.

Sob aquele fundamento constitucional e legal, é dever dos Municípios, por meio de normas e instruções, instituir, se inexistentes, e regulamentar a operação do controle interno, de molde que o dirigente municipal disponha de informações qualificadas para a tomada de decisões, além de obter mais segurança sobre a legalidade, legitimidade, eficiência e publicidade dos atos financeiros chancelados, sem que hajam razões para alegar desconhecimento.

Apenas servidores do quadro efetivo deverão compor o sistema de controle interno.

Nesse contexto, tal normatização atentarà, dentre outros aspectos, para as funções constitucionais e legais atribuídas ao controle interno:

1- Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados.

2- Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

3- Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados.

4- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

5- Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

6- Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal.

7- Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores

de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

De se registrar, ainda, que a adequada instituição do correspondente órgão de controle interno é medida que será verificada por ocasião da fiscalização levada a efeito pelo Tribunal de Contas, com repercussão no exame das contas anuais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Assim, diante do verificado nos autos, voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de **DUMONT, exercício de 2016**, excetuando-se ainda, os atos, porventura, pendentes de julgamento neste E. Tribunal.

Determino, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com **recomendações/determinações** para atenção aos seguintes pontos:

- Promova os esforços fiscais necessários à manutenção da taxa de despesas com pessoal abaixo do teto fiscal; bem como, atente às vedações contidas na LC 101/00 a respeito da contratação de pessoal em estando dentro e/ou acima do limite prudencial; reveja o quadro de comissionados, atentando aos preceitos constitucionais sobre a sua investidura;
- Proceda a atualização dos registros de sua dívida judicial; bem como, quite o saldo remanescente dos exercícios anteriores;
- Observe a Lei Eleitoral quanto aos gastos com publicidade;
- Aperfeiçoe as peças orçamentárias, evitando alterações que distorçam o plano estabelecido ao longo de sua execução;
- Reveja os apontamentos da fiscalização com influência sobre a taxa do IEGM;
- Mantenha especial atenção sobre a arrecadação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- Corrija os pontos destacados pela auditoria operacional sobre o ensino e saúde; bem como, proceda aos esforços à elevação na qualidade dos serviços prestados nesses setores;
- Adote providências no sentido de cumprir as regras afetas à transparência fiscal;
- Proceda ao aperfeiçoamento das técnicas de recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa e mantenha efetivo controle sobre o setor;
- Estabeleça amplo levantamento sobre os bens patrimoniais;
- Cumpra as Instruções e recomendações TCESP; e,
- Implante ou aperfeiçoe o sistema de controle interno.

E, de modo geral, determino ainda à inspeção da E. Corte, que se certifique das correções anunciadas e das situações determinadas / recomendadas nesta decisão.

Transitada em julgado a decisão, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, arquivem-se os autos.

GCCCM/25